

# Brasil vai dispensar novo jumbo para o ano que vem

Galvêas diz que governo pode abrir mão de dinheiro extra porque balança já rende o que o país precisa

**JUREMA BAESE**  
**Da Editoria de Economia**

O Brasil dirá à comunidade financeira internacional que não irá precisar de dinheiro novo em 85, isto é, não necessitará de tomar um novo empréstimo-jumbo. Esta é a hipótese mais forte — revelada, ontem, pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas — com a qual o governo brasileiro está trabalhando para iniciar a nova fase de renegociação da dívida brasileira que vence no próximo ano — US\$ 9,7 bilhões. E o pontapé inicial será dado no dia 5 de novembro em Nova Iorque na primeira reunião formal com o Comitê Assessor da Dívida Brasileira.

“Você só toma empréstimo se você precisa” — argumentou Galvêas ao afirmar que “mesmo trabalhando com uma hipótese conservadora para o superávit na Balança Comercial de cerca de US\$ 10 bilhões em 85, o Brasil poderá deixar de tomar dinheiro novo para fechar as suas contas externas no próximo ano”. E a justificativa para essa posição “confortável” pode ser encontrada em alguns números expostos pelo ministro da Fazenda.

Se o Brasil obtiver no próximo ano — do lado da receita — US\$ 10 bilhões de superávit na sua balança comercial e tiver como despesas na sua balança de serviços (tudo que é pago

com juros — cerca de US\$ 12 bilhões — royalties, remessas unilaterais e outros) aproximadamente US\$ 14 bilhões, irá se defrontar com um déficit em transações correntes de US\$ 4 bilhões. Trocando em miúdos, fica um buraco de US\$ 4 bilhões nas contas externas, e a isso acrescenta-se US\$ 1,7 bilhão, que é a amortização que “não poderá ser escalonada” — revelou Galvêas — tem que ser pago de qualquer jeito.

Logo, existe uma despesa, ou déficit, de US\$ 5,7 bilhões que terá que ser coberto. Esta é a necessidade de financiamento do Balanço de Pagamentos em 85. E o ministro Galvêas espera que, do lado da receita, entre no País volume semelhante. Sem detalhar, apontou as fontes de entrada, entre investimento direto, recursos do Banco Mundial e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), **suppliers credits** (crédito de fornecedores), outras fontes oficiais, e os recursos que ainda entram do crédito ampliado do FMI (cerca de US\$ 1,8 bilhão) irão somar, no final das contas, alguma coisa em torno de US\$ 5,7 bilhões.

A grosso modo, está aí a chave do mistério. O Brasil precisa de US\$ 5,7 bilhões, aproximadamente para fechar as suas contas externas, e espera que entre no País volume semelhante de recursos. E se for preciso, segundo deu a entender o ministro Galvêas, o Brasil



O novo passo será tomado em NY, anunciou Galvêas

poderá usar parte das reservas externas que acumulou durante este ano. Sem querer revelar a estimativa real de reservas com a qual o Governo está trabalhando, Galvêas disse apenas que “poderá ficar acima de US\$ 6 bilhões” — o que representa a posição de caixa do País ao final do ano.

Por trás desse esforço que o País fará para mostrar à comunidade financeira a sua confortável posição, está, com certeza, a pouca disposição mostrada pelos bancos estrangeiros em emprestar dinheiro novo ao Brasil. Apesar de os banqueiros terem manifestado ao ministro Galvêas, durante a sua viagem de duas semanas aos Estados Unidos, que acreditam no País e apesar dos elogios à capacidade do País em promover o ajuste nas suas finanças, eles preferem manter cautela.

Galvêas acrescentou que o Brasil poderá obter condições de pagamento na sua renegociação, tão boas como as do México e Venezuela, principalmente se não pedir dinheiro novo. Mas ponderou que “cada país é um país, cada dívida é uma dívida, e o perfil da dívida brasileira demonstra uma concentração maior de pagamentos apenas em 87 e 88, é portanto um perfil melhor do que a do México”. Quanto ao **spread** (taxa de risco), Galvêas lembrou que o México pagará um **spread** maior no próximo ano do que agora, (de 0,8% passou para 1,125%), e o Brasil poderá se aproximar deste **spread**, que atualmente está em 2,25%.

A idéia, assinalou Galvêas, é caminhar para um **spread** uniforme para todos os países do terceiro mundo. Ele elogiou a renegociação mexicana e res-

saltou que “o mercado vai criando as regras, o modelo da renegociação do México e Venezuela pode ser estendido à Argentina, às Filipinas e ao Brasil”.

## INGREDIENTE POLITICO

Nos contatos que manteve com representantes de cerca de 40 grandes bancos, Galvêas — disse ele — não sentiu, por parte deles, nenhuma insegurança com relação à sucessão brasileira. Os banqueiros entenderam — afirmou Galvêas — “que mesmo que seja eleito o candidato da oposição, o senhor Tancredo Neves, ele não terá como desviar a política econômica do seu curso atual, buscará aumentar a exportação e equilibrar as contas externas do País, e honrar os seus compromissos”.

Contraditoriamente, Galvêas afirmou que “a desindexação da economia é um desafio que terá que ser enfrentado por qualquer um dos candidatos” como forma de acabar com a inflação. Mas ao mesmo tempo, assinalou que ela não é vital para o País. Ao ser indagado se ele faria a desindexação se permanecesse no Governo por mais quatro anos, preferiu não responder e concordou com os repórteres quando lhes disseram, “o senhor se mataria primeiro”. No entanto, elogiou a desindexação feita pela França há muitos anos atrás.